Prazo para emendas populares termina nesta terça-feira (3/6)

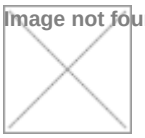
Assunto:

ORÇAMENTO 2015

Em audiência pública na tarde desta 6ª feira (30/5), a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas recebeu a Prefeitura de Belo Horizonte e representantes da sociedade civil para discutir o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias proposta pelo Executivo para 2015. O encontro marcou o início do prazo para apresentação de emendas de iniciativa popular ao texto orçamentário, que se encerra nesta terça-feira (3/6). As organizações da sociedade civil podem protocolar suas sugestões pela internet, até a meia-noite, pessoalmente na secretaria do Legislativo, até às 19h, ou durante nova audiência pública nesta terça-feira (3/6), com início às 19h. A requerimento da comissão, a equipe de consultoria legislativa da Câmara Municipal irá apresentar resultado da análise técnica realizada pelo setor sobre o projeto da LDO 2015 em nesta nova audiência.

Presidente da comissão, o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV) anunciou um breve cronograma de tramitação da LDO, aprovado pelos parlamentares em reunião *ad referendum,* logo antes da audiência. Conforme previsão regimental, os vereadores poderão apresentar emendas ao projeto até o dia 9/6, quando se encerra o prazo de 10 dias de seu recebimento, prorrogado até o dia útil subsequente. Diante desse prazo, a comissão conferiu à população um período de dois dias úteis para apresentação de suas sugestões, que se encerra em 3/6. O colegiado terá, então, até o dia 5/6 para analisar as propostas populares e anunciar as emendas aceitas ou rejeitadas. Os proponentes terão ainda alguns dias para readequarem as sugestões indeferidas e reapresentarem aos gabinetes parlamentares, que desejem assumir as emendas.

Entendendo que o curto prazo prejudica a análise adequada do projeto pela população, o vereador Gilson Reis (PCdoB), membro titular da Comissão, destacou a complexidade do tema e solicitou a realização da nova audiência pública no dia 3/6, quando o corpo técnico da Casa poderá apresentar a análise feita pelo Legislativo sobre o projeto da LDO 2015.



Diretrizes orçamentárias

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Thiago Costa Grego apresentou um resumo do projeto da LDO 2015, explicando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as prioridades para a aplicação dos recursos municipais no próximo ano e orienta a elaboração da Lei do Orçamento Anual (LOA) 2015, que deve ser enviada ao Legislativo no dia 30/9. A LDO determina, por exemplo, a obrigatoriedade da definição das fontes dos recursos a serem investidos e da aplicação programada dessas verbas, a serem descritas na LOA.

Entre as metas prioritárias para 2015 destacadas pelo secretário estão a construção de 975 unidades habitacionais para reassentamento de famílias no Programa Vila Viva, a criação de 10 novos consultórios de rua e a implantação da Zona Cultural Praça da Estação.

Demandas

Gilson Reis cobrou a valorização do servidor público municipal e a realização de novos concursos como prioridade para a Prefeitura, questionando a gestão pública baseada em metas quantitativas e bonificação por desempenho. O parlamentar lamentou ainda a falta de atenção ao Orçamento Participativo e a priorização de um novo BRT na Avenida Amazonas, diante dos problemas percebidos nas primeiras experiências do Move na cidade.

Os parlamentares também questionaram a forma de apresentação dos dados orçamentários. Adriano Ventura (PT) cobrou o envio do projeto pela PBH com maior antecedência, e Pedro Patrus (PT) destacou a confusão gerada pelas planilhas apresentadas, que misturavam metas cumulativas e metas específicas a serem iniciadas e concluídas em 2015.

Em coro com os parlamentares, a organização da sociedade civil Nossa BH cobrou da Prefeitura que apresente um demonstrativo do fluxo financeiro dos fundos de políticas públicas com verba vinculada, a fim de facilitar o acompanhamento da execução orçamentária (entrada e saída de recursos) pela população. Outras representações populares presentes na audiência cobraram ainda a previsão de investimentos prioritários nas políticas de Assistência Social, atenção à população de rua, comunidade indígena, meio ambiente, defesa dos animais e enfrentamento à violência contra a juventude.

Participaram da reunião os vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV), Gilson Reis (PCdoB), Adriano Ventura (PT), Pedro Patrus (PT) e Coronel Piccinini (PSB).

Assista aqui à reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Sexta-Feira, 30 Maio, 2014 - 00:00